



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Concurso Público

012. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JUDICIÁRIO (Área/Especialidade: Direito)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Redija o texto definitivo com caneta de tinta azul, preferencialmente, ou preta, na folha de redação. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **05**.

O tempo dirá se o Marco Civil da internet é bom ou ruim

Foi aprovado o Marco Civil da internet: aquilo a que chamam de “Constituição da internet” e que será capaz de afetar diretamente a vida de milhões de usuários que já não usam mais a internet apenas para se divertir, mas para trabalhar.

O Marco Civil garantirá a neutralidade da rede, segundo a qual todo o conteúdo que trafega pela internet será tratado de forma igual. As empresas de telecomunicações que fornecem acesso poderão continuar vendendo velocidades diferentes. Mas terão de oferecer a conexão contratada independentemente do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. O conteúdo poderá ser acessado apenas mediante ordem judicial. Na prática, as conversas via Skype e as mensagens salvas na conta de *e-mail* não poderão ser violadas, a menos que o Judiciário determine.

Excluiu-se do texto aprovado um artigo que obrigava empresas estrangeiras a instalar no Brasil seus *datacenters* (centros de dados para armazenamento de informações). Por outro lado, o projeto aprovado reforçou dispositivo que determina o cumprimento das leis brasileiras por parte de companhias internacionais, mesmo que não estejam instaladas no Brasil.

Ressalte-se ainda que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça. Assim, não ficará mais a cargo dos provedores a decisão de manter ou remover informações e notícias polêmicas. Portanto, o usuário que se sentir ofendido por algum conteúdo no ambiente virtual terá de procurar a Justiça, e não as empresas que disponibilizam os dados.

Este é o Marco Civil que temos. Se é o que pretendíamos ter, o tempo vai mostrar. Mas, sem dúvida, será menos pior do que não termos marco civil nenhum.

(*O Liberal*, Editorial de 24.04.2014. Adaptado)

01. De acordo com o texto, o Marco Civil da internet

- (A) determina quais conteúdos podem ser considerados neutros ou polêmicos, orientando os usuários quanto aos *sites* moralmente idôneos.
- (B) exige que empresas estrangeiras instalem centros de armazenamento de dados e informações no Brasil se quiserem oferecer seus serviços a usuários brasileiros.
- (C) dispõe sobre as relações entre empresas de telecomunicações e usuários da rede e defende o caráter inviolável dos conteúdos circulantes no ambiente virtual.
- (D) garante que órgãos do governo tenham livre acesso a conversas via Skype e a mensagens salvas na conta de *e-mail* dos usuários brasileiros.
- (E) foi criado para impedir que companhias internacionais atuem no mercado brasileiro, instalando seus centros de dados para armazenamento de informações no Brasil.

02. Segundo informações textuais, com o Marco Civil da internet,

- (A) os provedores passam a ser responsáveis pelo conteúdo divulgado e são eles que decidem quando uma informação deve ser excluída.
- (B) as informações que circulam na rede serão automaticamente excluídas pelo governo, caso sejam polêmicas.
- (C) as ações dos provedores serão controladas pela Justiça, que autorizará o acréscimo de conteúdos na rede após a certificação de que não são controversos.
- (D) as solicitações de exclusão de conteúdo da internet devem ser encaminhadas ao Poder Judiciário.
- (E) o usuário da rede ganha o direito de requerer junto às empresas provedoras de dados e serviços a exclusão de conteúdo considerado ofensivo.

03. Conforme opinião expressa no texto, o Marco Civil da internet é

- (A) ineficaz, uma vez que a maioria dos provedores atende a leis internacionais.
- (B) irretocável, apesar de não ter sido amplamente debatido com a população.
- (C) inconveniente, já que compromete a liberdade de expressão do cidadão.
- (D) dispensável, pois as leis tradicionais eram suficientes para tratar do meio virtual.
- (E) necessário, embora seja precoce tecer julgamentos a respeito de sua eficácia.

04. Assinale a alternativa em que a frase do texto permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o acréscimo das vírgulas.

- (A) As empresas de telecomunicações que fornecem acesso, poderão continuar vendendo, velocidades diferentes.
- (B) Ressalte-se, ainda, que a exclusão de conteúdo só poderá ser ordenada pela Justiça.
- (C) O Marco Civil garante, a inviolabilidade e o sigilo, das comunicações.
- (D) O conteúdo poderá ser acessado apenas, mediante, ordem judicial.
- (E) Mas terão de oferecer, a conexão contratada independentemente, do conteúdo acessado pelo internauta e não poderão vender pacotes restritos.

05. Feitas as adequações necessárias, a reescrita do trecho – O Marco Civil garante a inviolabilidade e o sigilo das comunicações. – permanece correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

A inviolabilidade e o sigilo das comunicações...

- (A) ... mantêm-se garantido pelo Marco Civil.
- (B) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (C) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.
- (D) ... mantêm-se garantidos pelo Marco Civil.
- (E) ... mantêm-se garantidas pelo Marco Civil.

06. Assinale a alternativa que apresenta a frase cuja redação está condizente com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Os usuários devem estar atentos ao fato de que não haverá distinções no tratamento dos conteúdos que trafegam pela internet.
- (B) Existe algumas pessoas que questionam o Marco Civil da internet, alegando de que foi aprovado de maneira apressada.
- (C) É importante mencionar de que as empresas de telecomunicações poderão vender velocidades diferentes, mas está proibido a venda de pacotes restritos.
- (D) Os clientes devem conhecer seus direitos para que este se cumpra, por exemplo: é evidente de que as empresas precisam oferecer a conexão contratada.
- (E) Sempre pode ocorrer falhas técnicas, capaz de comprometer a qualidade dos serviços, mas as empresas devem ter consciência de que essas falhas precisam ser prontamente corrigidas.

Leia o texto para responder às questões de números 07 a 13.

Nossas palavras

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* muito interessantes, por conta de palavras e gírias comuns no meu Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é bem difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”. Não sei se no universo das pipas, lá fora, ocorrem os mesmos e magníficos embates que se verificam aqui, “cortando e aparando” os adversários.

Outra situação: personagens estão jogando uma “pelada” enquanto outros estão “na grade”. Quem está na grade aguarda o desfecho da partida, para jogar contra o vencedor, certamente porque espera fora do campo, demarcado por uma grade. Vai explicar...

E aqueles dois bebedores eméritos que “bebem de testa” até altas horas? Por aqui, beber de testa é quase um embate para saber quem vai desistir primeiro, empilhando as grades de cerveja ao lado da mesa.

Penso que o uso das gírias – palavras bem locais, quase dialeto, que funcionam na melodia do nosso texto – é parte da nossa criatividade, uma qualidade da literatura brasileira. Quanto a mim, uso pouco, aqui e ali, nossas palavras. Procuro ser econômico. Mesmo assim, vou respondendo aos *e-mails*. Ele me diz que, enfim, está tudo pronto.

(Edyr Augusto Proença, <http://blogdaboitempo.com.br>, 26.07.2013. Adaptado)

07. O autor, ao se referir aos *e-mails* trocados com o amigo que está traduzindo seus romances, sugere que a tradução

- (A) requer acentuada erudição, a fim de se corrigirem os erros característicos do linguajar do povo.
- (B) deve ser realizada por romancistas adeptos do estilo regionalista e usuários de dialetos populares.
- (C) demanda um conhecimento profundo das obras literárias que influenciaram o autor traduzido.
- (D) envolve, além do domínio do idioma, o conhecimento da cultura retratada no texto original.
- (E) necessita que o tradutor também seja escritor, para compreender o processo de criação artística.

08. De acordo com o autor, o uso de gírias é

- (A) intenso entre autores populares e, sendo ele um romancista popular, usa muitas gírias em sua obra.
- (B) peculiar a autores que escrevem com concisão, o que não é o caso dele, que exagera no emprego das gírias.
- (C) indício de um estilo inusitado e inovador, por isso as gírias locais são frequentes em seus romances.
- (D) restrito a autores paraenses, cuja criatividade com as palavras se destaca no cenário da literatura brasileira.
- (E) característico da literatura brasileira, embora não seja muito recorrente em sua própria obra.

09. A partir da leitura dos três primeiros parágrafos, é correto concluir que o autor enfoca, em seus romances, situações que, para o leitor paraense, são

- (A) exóticas.
- (B) insólitas.
- (C) cotidianas.
- (D) atípicas.
- (E) anômalas.

10. O termo destacado em – E aqueles dois bebedores **eméritos** que “bebem de testa” até altas horas? – está corretamente interpretado com o sentido de

- (A) abastados.
- (B) experientes.
- (C) ignóbeis.
- (D) licenciosos.
- (E) falastrões.

Leia o trecho do primeiro parágrafo para responder às questões de números **11** a **13**.

Meu amigo lusitano, Diniz, está traduzindo para o francês meus dois primeiros romances, *Os Éguas* e *Moscow*. Temos trocado *e-mails* **muito** interessantes, **por conta de** palavras e gírias comuns no **meu** Pará e absolutamente sem sentido para ele. Às vezes é **bem** difícil explicar, como na cena em que alguém empina papagaio e corta o adversário “no gasgo”.

- 11.** A expressão **por conta de**, em destaque, tem sentido equivalente ao de:
- (A) a despeito de.
 - (B) em virtude de.
 - (C) com o intuito de.
 - (D) em detrimento de.
 - (E) em contrapartida a.
- 12.** O pronome possessivo em – “**meu** Pará” – atribui ao termo **Pará** a ideia de que se trata de um lugar
- (A) abandonado pelo autor.
 - (B) desdenhado pelo autor.
 - (C) estimado pelo autor.
 - (D) adquirido pelo autor.
 - (E) subjugado pelo autor.
- 13.** Os termos **muito** e **bem**, em destaque, atribuem aos termos aos quais se subordinam sentido de
- (A) intensidade.
 - (B) dúvida.
 - (C) quantidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) comparação.

Leia o texto para responder às questões de números **14** a **18**.

Palavras voam no vento

A pequena Dora adorava dizer coisas feias. Sim, ela tinha aquele terrível hábito de falar bobagens, xingamentos. Certa manhã, antes de sair para o trabalho, sua mãe disse: “Tu sabias que as palavras voam no vento? Se dizes coisas ruins, o mal sai por aí e se multiplica. Mas se dizes coisas belas... o vento faz com que a bondade se espalhe pelo mundo”. A jovencinha ficou intrigada. Assim que a mãe se foi, decidiu testar a teoria. Encheu o peito e gritou com toda a força: AMOR!!!!...

Uma enorme e fortíssima rajada de vento se fez. Uma borboleta começou a brincar no ar. Dora seguiu o bichinho. Viu quando ele se pôs a dançar ao redor de uma moça. Viu a moça sorrir com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina. Seguiu a moça. Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha que sobrevoava um jardim. A andorinha, de repente, deu um rasante sobre um canteiro e pegou com seu bico uma delicada flor vermelha. Dora seguiu a andorinha. Viu quando o pássaro deixou a flor cair nas mãos de um rapaz que estava sentando num banco de praça.

O moço, capturado por um imenso contentamento, tomou para si uma folha em branco e escreveu um poema. Dora viu quando o rapaz leu para o vento o poema. E os versos diziam: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”. Nossa amiga viu quando uma súbita ventania arrancou o papel da mão do jovem. Dora tentou correr para não perder de vista o escrito. Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu.

Cansada com toda aquela andança, a menina voltou para casa. Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e entregou à filha um presente: um pedaço de papel dobrado em quatro. Disse ela: “Tome, minha filha. É para ti. Eu estava na janela do escritório e o vento me trouxe esse pedaço de papel. Leia... É para ti”. Dora abriu o papel e chorou ao ler o poema que nele estava escrito. Diziam os versos: “Ame, porque o amor significa cantar. Cante, cante, cante. Porque quem canta encanta e sabe melhor amar”.

(Carlos Correia Santos, <http://www.amapadigital.net>. Adaptado)

- 14.** A partir da leitura do texto, é correto concluir que Dora
- (A) descobre que sua mãe estava iludida ao crer que as palavras podem influenciar os acontecimentos.
 - (B) se recusa a ouvir os conselhos de sua mãe e vai à rua para testar se as palavras alteram os fatos.
 - (C) passa a dar mais valor às palavras ao ler um belo poema escrito por sua mãe.
 - (D) aprende, na prática, que o ensinamento de sua mãe acerca do poder das palavras estava correto.
 - (E) deixa de “dizer coisas feias” após ver o impacto de uma palavra com sentido pejorativo sobre o real.

15. É correto afirmar que o segundo parágrafo apresenta ações que se sucedem em uma relação de
- (A) proporção e retificação.
 - (B) contradição e finalidade.
 - (C) comparação e oposição.
 - (D) alternância e equivalência.
 - (E) causa e efeito.

16. A palavra que está empregada com sentido figurado no contexto está destacada em:
- (A) ... tomou para si uma folha em branco e **escreveu** um poema. (terceiro parágrafo)
 - (B) Cansada com toda aquela andança, a menina **voltou** para casa. (quarto parágrafo)
 - (C) Tu sabias que as palavras **voam** no vento? (primeiro parágrafo)
 - (D) Certa manhã, antes de **sair** para o trabalho, sua mãe disse... (primeiro parágrafo)
 - (E) ... sua mãe retornou do trabalho e **entregou** à filha um presente... (quarto parágrafo)

17. Assinale a alternativa em que a seguinte passagem – Mas o vento foi mais ágil e o papel se perdeu. (terceiro parágrafo) – está reescrita com o acréscimo de um termo que estabelece uma relação de conclusão, consequência, entre as orações.
- (A) Mas o vento foi mais ágil e, **todavia**, o papel se perdeu.
 - (B) Mas o vento foi mais ágil e, **assim**, o papel se perdeu.
 - (C) Mas o vento foi mais ágil e, **contudo**, o papel se perdeu.
 - (D) Mas o vento foi mais ágil e, **entretanto**, o papel se perdeu.
 - (E) Mas o vento foi mais ágil e, **porém**, o papel se perdeu.

18. Considere as seguintes passagens do texto.

- [Viu **a moça** sorrir] com a borboleta e começar a dançar como uma bailarina.
- Viu quando ela, cheia de alegria, mandou beijos para uma andorinha [que sobrevoava **um jardim**].
- Caía a tarde quando sua mãe retornou do trabalho e [entregou **à filha** um presente]...

Assinale a alternativa que apresenta os trechos entre colchetes correta e respectivamente reescritos, com as expressões em negrito substituídas por pronomes, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa no que se refere ao uso e à colocação pronominal.

- (A) **A** viu sorrir ... que sobrevoava-**o** ... entregou-**lhe** um presente
- (B) Viu-**a** sorrir ... que **o** sobrevoava ... entregou-**lhe** um presente
- (C) Viu-**a** sorrir ... que **lhe** sobrevoava ... entregou-**a** um presente
- (D) **Lhe** viu sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**a** um presente
- (E) Viu-**lhe** sorrir ... que sobrevoava-**lhe** ... entregou-**lhe** um presente

19.



(Chris Browne, *Folha de S. Paulo*, 08.12.2013. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, considerando que o termo que preenche a terceira lacuna é empregado para indicar que um evento está prestes a acontecer.

- (A) anuncio ... à ... iminente
- (B) anúncio ... a ... eminente
- (C) anuncio ... à ... eminente
- (D) anúncio ... a ... iminente
- (E) anúncio ... à ... iminente

20. Leia o seguinte fragmento de um ofício, citado do *Manual de Redação da Presidência da República*, no qual expressões foram substituídas por lacunas.

Senhor Deputado

Em complemento às informações transmitidas pelo telegrama n.º 154, de 24 de abril último, informo _____ de que as medidas mencionadas em _____ carta n.º 6708, dirigida ao Senhor Presidente da República, estão amparadas pelo procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas instituído pelo Decreto n.º 22, de 4 de fevereiro de 1991 (cópia anexa).

(<http://www.planalto.gov.br>. Adaptado)

A alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa e atendendo às orientações oficiais a respeito do uso de formas de tratamento em correspondências públicas, é:

- (A) Vossa Excelência ... sua
- (B) Vossa Senhoria ... tua
- (C) Vossa Magnificência ... sua
- (D) Vossa Eminência ... vossa
- (E) Sua Senhoria ... vossa

REGIMENTO INTERNO

21. Prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que o Tribunal Pleno
- (A) será instalado, em sessão solene, no primeiro dia útil do mês de janeiro e tomará o compromisso e dará posse ao novo Presidente.
 - (B) poderá ser convocado extraordinariamente por edital, expedido pelo respectivo Presidente, com vinte e quatro horas de antecedência.
 - (C) funcionará nas segundas e quartas-feiras, iniciando os trabalhos pela leitura do relatório de ocorrências.
 - (D) funcionará com dois terços (2/3) de seus membros, ou com a maioria absoluta, conforme o caso, sendo substituídos os Desembargadores, impedidos ou licenciados.
 - (E) realizará oito sessões ordinárias por mês, apreciando tanto as questões administrativas quanto os julgamentos.
22. A respeito das audiências e sessões, dispõe o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Pará que
- (A) ao Relator do processo em julgamento caberá manter a disciplina dos trabalhos com os poderes previstos nas leis processuais e no próprio Regimento.
 - (B) ausentes os advogados das partes, será excluído da pauta o processo correspondente, designando-se nova data para a audiência ou sessão.
 - (C) o resumo das decisões tomadas será publicado, dispensando-se a lavratura de ata.
 - (D) a sessão ou audiência será suspensa se a parte se portar inconvenientemente, a fim de manter a disciplina dos trabalhos.
 - (E) as audiências serão públicas, salvo nos casos previstos em lei ou quando o interesse da Justiça determinar o contrário.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

23. A respeito da posse, prevê o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) que
- (A) a posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, não tendo o interessado direito à renúncia da posse.
 - (B) o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio até 30 (trinta) dias após a posse.
 - (C) a quitação com as obrigações eleitorais e militares é um dos requisitos para a posse em cargo público.
 - (D) se a posse não se concretizar dentro do prazo, o ato de provimento ficará suspenso por até, no máximo, 5 (cinco) anos.
 - (E) a posse ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.

24. Em relação aos adicionais previstos pelo Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), é correto afirmar que
- (A) não cabe pagamento de adicional pelo exercício de cargo em comissão ou função gratificada.
 - (B) os adicionais de insalubridade, periculosidade, ou pelo exercício em condições penosas são inacumuláveis.
 - (C) o adicional por tempo de serviço será devido por quadriênios de efetivo exercício, até o máximo de 16 (dezesesseis).
 - (D) o adicional de insalubridade que for pago por 5 (cinco) anos consecutivos será incorporado aos vencimentos.
 - (E) para fins de adicional por trabalho noturno, será assim considerado aquele prestado no horário entre 23 (vinte e três) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte.
25. No que diz respeito à seguridade social, o Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94) prevê que
- (A) a contribuição previdenciária incidirá somente sobre o vencimento base do servidor.
 - (B) será assegurado ao servidor o direito à saúde, não alcançando seus dependentes.
 - (C) um de seus objetivos é a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - (D) os planos de previdência estaduais não cobrirão o evento reclusão.
 - (E) ela será fundada totalmente nas contribuições dos servidores.
26. A responsabilidade civil do servidor público, no âmbito do Regime Jurídico Único,
- (A) decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
 - (B) por dano causado a terceiros, determina que ele responda perante a Fazenda Pública, independentemente de culpa.
 - (C) determina que as sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas.
 - (D) não se estende aos sucessores do servidor público que venha a falecer no curso do processo administrativo ou judicial.
 - (E) considera que absolvição judicial, afastando a autoria do servidor, não repercute na esfera administrativa.
27. Maria, servidora pública do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, faltou de forma injustificada, no ano de 2013, 6 (seis) vezes no mês de janeiro, 10 (dez) vezes no mês de março, 8 (oito) vezes no mês de maio, 15 (quinze) vezes no mês de julho, 10 (dez) vezes no mês de agosto e 15 (quinze) dias no mês de outubro. Nos termos do Regime Jurídico Único (Lei n.º 5.810/94), deverá ser aplicada a Maria a pena de
- (A) suspensão.
 - (B) repreensão.
 - (C) multa.
 - (D) censura.
 - (E) demissão.

28. O conjunto de atividades e responsabilidades de direção superior e intermediária, definidas com base na estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Pará, e de assessoramento superior e intermediário, de livre nomeação e exoneração, conforme previsto na Lei Estadual n.º 6.969/07, é definição de

- (A) cargo de provimento efetivo.
- (B) plano de carreira.
- (C) função gratificada.
- (D) cargo de provimento em comissão.
- (E) quadro de pessoal.

29. A periodicidade da Avaliação Periódica de Desempenho é de

- (A) vinte e quatro meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (B) seis meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o primeiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (C) oito meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o último mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (D) quatorze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o penúltimo mês do ano anterior ao de sua efetivação.
- (E) doze meses para todas as áreas de atividades, devendo a apuração e a homologação ocorrer até o terceiro mês do ano anterior ao de sua efetivação.

30. Com relação ao enquadramento dos servidores no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações do Poder Judiciário do Estado do Pará, é correto afirmar que

- (A) o servidor poderá solicitar revisão do processo de enquadramento, no prazo de dez dias, a contar da publicação do ato de enquadramento no Plano, mediante solicitação à Corregedoria-Geral.
- (B) os servidores cujas atividades se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderão optar pela permanência nos atuais cargos que ocupam, para integrar o Quadro Suplementar em Extinção.
- (C) o enquadramento do servidor na Carreira, Cargo, Classe e Referência do Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 não poderá ser condicionado à prévia análise dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.
- (D) os servidores que não se enquadrarem no Plano instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07 integrarão Quadro Suplementar em Extinção, sendo a remuneração corrigida de acordo com os reajustes gerais promovidos pelo Poder Judiciário.
- (E) o enquadramento dos servidores no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração, instituído pela Lei Estadual n.º 6.969/07, dar-se-á por meio de ato do Tribunal Pleno ou de autoridade delegada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” consta da Constituição Federal de 1988 como um

- (A) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) princípio da política urbana.
- (C) dos fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- (D) princípio do direito constitucional.
- (E) princípio das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

32. Assinale a alternativa que corretamente discorre sobre a Federação Brasileira, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

- (A) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência é competência privativa da União, delegável aos Estados.
- (B) Compete aos Estados-membros assegurar a defesa nacional, declarar a guerra e celebrar a paz.
- (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas.
- (D) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, e aprovada por dois terços dos membros da Assembleia Legislativa.
- (E) É possível criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, para fins de atendimento pelos serviços públicos de um ente federativo.

33. Sobre a disciplina do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que

- (A) as custas e emolumentos serão destinados ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça e dos cartórios extrajudiciais.
- (B) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (C) declarada a inconstitucionalidade por omissão, será o Poder Legislativo notificado para editar o ato normativo em 180 (cento e oitenta) dias.
- (D) somente pelo voto de três quintos de seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) a atividade jurisdicional será ininterrupta, com exceção das férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, que poderá ocorrer uma única vez por ano.

34. Professor possui três vínculos com a Administração Pública, lecionando pela manhã em escola municipal, à tarde em escola estadual e, à noite, em universidade pública federal. Neste caso, consoante o previsto na Constituição Federal vigente, a acumulação de cargos desse Professor
- (A) é possível, pois há compatibilidade de horários.
 - (B) não é possível, pois somente é lícito acumular dois cargos de professor.
 - (C) não é possível, pois somente é possível acumular um cargo científico ou técnico com o cargo de professor.
 - (D) é possível, desde que haja compatibilidade de horários e o somatório dos valores não ultrapasse o teto constitucional.
 - (E) não é possível, pois cargos municipais não podem ser acumulados com cargos estaduais ou federais.

35. Casal de haitianos, que entrou irregularmente no território brasileiro, consegue chegar à cidade de Belém, do Estado do Pará. Estabelece-se o casal na cidade, passando ambos a trabalhar, ainda que de modo informal. A mulher engravida e a criança nasce em Belém. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a criança, filha do casal de estrangeiros haitianos, nascida no Brasil,
- (A) possuirá nacionalidade haitiana.
 - (B) será considerada apátrida.
 - (C) não poderá adquirir a nacionalidade brasileira.
 - (D) será brasileira naturalizada.
 - (E) será brasileira nata.

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. Prazos processuais diferenciados; impenhorabilidade de seus bens; benefício de prazo prescricional especial e imunidade tributária relativa a impostos são exemplos de prerrogativas ou privilégios
- (A) das autarquias.
 - (B) de todas as entidades da Administração Pública indireta.
 - (C) das fundações.
 - (D) das sociedades de economia mista.
 - (E) das empresas públicas.

37. O poder público faz uma concessão de um serviço público a uma empresa privada. Esta, durante a execução do contrato, por uma ação do seu empregado, vem a causar prejuízo a um usuário do serviço concedido. Nesse caso, a responsabilidade pela indenização dos prejuízos causados será
- (A) subjetiva da concessionária e o poder concedente não poderá ser responsabilizado.
 - (B) objetiva do empregado da concessionária.
 - (C) objetiva da concessionária.
 - (D) subjetiva da concessionária e subsidiária do seu empregado.
 - (E) subjetiva e solidária entre a concessionária e o poder concedente.

38. A supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz realizada pela Administração – e somente por ela – por não mais lhe convir sua existência é denominada
- (A) caducidade.
 - (B) cassação.
 - (C) convalidação.
 - (D) revogação.
 - (E) anulação.

39. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/93.
- (A) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - (B) A alienação de bens da Administração Pública, desde que subordinada à existência de interesse público, será feita sem a necessidade de avaliação.
 - (C) As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, limitando-se a participação no certame aos interessados residentes ou sediados no mesmo Município onde se localiza a repartição.
 - (D) Considera-se licitação todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
 - (E) Os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de leilão, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

40. Em um determinado contrato administrativo constou cláusula que autoriza a Administração Pública rescindir o contrato, unilateralmente, na hipótese de ocorrer a paralisação da obra contratada sem justa causa e prévia comunicação à Administração. De acordo com a legislação que rege os contratos administrativos, essa cláusula
- (A) é legal, mas sua eficácia fica condicionada à concordância do contratado.
 - (B) é o que se denomina de cláusula abusiva.
 - (C) é ilegal.
 - (D) é leonina.
 - (E) é denominada de cláusula exorbitante.
41. Nos termos do que estabelece a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao
- (A) Tribunal de Contas, que mandará o acusado devolver o recurso aos cofres públicos.
 - (B) juiz criminal, que processará o ímprobo pelo ato cometido.
 - (C) Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
 - (D) juiz cível, que processará e julgará o réu, podendo ordenar a cassação dos seus direitos políticos e reparar os danos.
 - (E) seu superior hierárquico, com o objetivo de demitir o acusado do serviço público.
42. Assinale a alternativa correta sobre os negócios jurídicos, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) A simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico, salvo se os requisitos genéricos de validade do negócio jurídico houverem sido observados.
 - (B) O dolo, a coação e o estado de perigo são causas de nulidade absoluta do negócio jurídico.
 - (C) O prazo decadencial para anulação do negócio jurídico, em caso de defeito que admita a anulação, segue a regra geral de 10 (dez) anos.
 - (D) As causas de nulidade podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz, enquanto as causas de anulabilidade dependem de alegação da parte ou do interessado.
 - (E) Em regra, a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis exigem escritura pública, independentemente do valor do bem.
43. É correto afirmar, no que tange aos institutos da prescrição e da decadência, que:
- (A) a interrupção da prescrição pode ocorrer, no máximo, 3 (três) vezes.
 - (B) o juiz pronunciará de ofício tanto a prescrição como a decadência legal.
 - (C) não corre prescrição em desfavor dos relativamente incapazes.
 - (D) admite-se a renúncia à prescrição, após consumir-se, bem como a renúncia à decadência legal, a qualquer tempo.
 - (E) o reconhecimento de dívida, pelo devedor, não implica em interrupção do prazo prescricional.
44. No que tange à transmissão, ao adimplemento e à extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.
- (A) A cessão de crédito, em regra, exige expressa anuência do devedor.
 - (B) Havendo litígio sobre o objeto do pagamento, o devedor pode valer-se do expediente do pagamento em consignação, depositando o objeto em juízo.
 - (C) O credor não pode se recusar a receber o objeto da obrigação por partes, ainda que a prestação seja divisível, se assim não se ajustou.
 - (D) Com relação ao lugar do pagamento, a regra é de que a dívida é *portable*, ou seja, o devedor deve ir ao domicílio do credor.
 - (E) Na assunção de dívida, dispensa-se o consentimento do credor, salvo se solvente o devedor original.

DIREITO CIVIL

45. De acordo com a disciplina legal acerca da obrigação de indenizar, aquele que demandar por dívida já integralmente paga, ficará obrigado
- (A) a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.
 - (B) a indenizar o devedor por eventuais danos materiais e morais, se for o caso, inexistindo outra espécie de sanção civil.
 - (C) a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, havendo ou não prescrição.
 - (D) a indenizar o devedor por valor equivalente à metade do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.
 - (E) a indenizar o devedor por eventuais danos materiais e morais, se for o caso, dobrando-se o valor dos danos materiais e morais fixados, a título de sanção civil.

46. São requisitos para constituição da união estável, de acordo com o Código Civil de 2002:
- (A) a convivência pública, contínua e duradora por, no mínimo, 3 (três) anos, estabelecida com o objetivo de constituir família e a coabitação.
 - (B) a convivência contínua e duradora, a coabitação, instrumento público ou particular de constituição de união estável e ser solteiro.
 - (C) a convivência contínua e duradora por, no mínimo, 5 (cinco) anos, com o objetivo de constituir família e ser solteiro ou, se casado, encontrar-se separado de fato ou judicialmente.
 - (D) a convivência pública, contínua e duradora, estabelecida com o objetivo de constituir família e a coabitação.
 - (E) a convivência pública, contínua e duradora, estabelecida com o objetivo de constituir família e ser solteiro ou, se casado, encontrar-se separado de fato ou judicialmente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Assinale a alternativa correta a respeito do conflito de competência.
- (A) Não exige a intervenção do Ministério Público, mas pode ser por este suscitado.
 - (B) Não pode ser suscitado pelo Juiz.
 - (C) Não pode ser suscitado pela parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência.
 - (D) Não pode ser limitado a controvérsia entre dois Juízes sobre a reunião ou a separação de processos.
 - (E) Deve ser suscitado ao Juiz que primeiro tenha despachado no processo.
48. No procedimento ordinário, os embargos de declaração
- (A) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, apenas pela parte que os tenha oposto.
 - (B) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, apenas pela parte que os tenha oposto.
 - (C) suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
 - (D) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
 - (E) não suspendem nem interrompem o prazo para interposição de outros recursos.
49. A Fazenda Pública, quando for parte, possui prazo em dobro para
- (A) apresentar reconvenção.
 - (B) interpor embargos infringentes.
 - (C) ajuizar ação rescisória.
 - (D) contraminutar agravo de instrumento.
 - (E) apresentar contestação.

50. Ao locatário réu que, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada, cabe apresentar, em relação ao proprietário ou ao possuidor indireto:
- (A) chamamento ao processo.
 - (B) denunciação da lide.
 - (C) assistência litisconsorcial.
 - (D) oposição.
 - (E) nomeação à autoria.
51. Assinale o recurso que, nos termos do Código de Processo Civil, admite cabimento excepcionalmente na forma oral.
- (A) Embargos de declaração.
 - (B) Agravo de instrumento.
 - (C) Recurso ordinário.
 - (D) Apelação.
 - (E) Agravo retido.
52. Na execução fiscal, o prazo para embargos do devedor é de
- (A) 15 dias, contados da juntada aos autos do último mandado de citação cumprido.
 - (B) 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação do embargante.
 - (C) 15 dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.
 - (D) 30 dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.
 - (E) 30 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação do embargante.
53. Assinale a alternativa correta a respeito da ação rescisória.
- (A) Não cabe ação rescisória contra sentença de mérito proferida em ação cautelar de natureza satisfativa.
 - (B) Cabe ação rescisória contra decisão proferida em conflito de competência.
 - (C) Não cabe ação rescisória para corrigir erro material.
 - (D) Não se admite ação rescisória contra sentença transitada em julgado, se contra ela não tiverem sido esgotados todos os recursos.
 - (E) Na ação rescisória por erro de fato, é indispensável que tenha havido controvérsia e pronunciamento judicial sobre o fato.

DIREITO PENAL

54. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente
- (A) aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
 - (B) tem efeito retroativo, exceto para crimes graves.
 - (C) aplica-se apenas nos processos em que a sentença não foi proferida.
 - (D) aplica-se imediatamente, sendo preservados os atos condenatórios anteriores à sua vigência.
 - (E) pode ou não ser aplicada, a critério do Juiz.
55. Considera-se o crime praticado no momento
- (A) da ação, como regra, e no momento do resultado, para os casos de omissão.
 - (B) da constatação pela autoridade policial.
 - (C) da ação ou omissão ou resultado.
 - (D) do resultado.
 - (E) da ação ou omissão.
56. Se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena
- (A) fica excluída por inimizabilidade.
 - (B) não sofre qualquer alteração.
 - (C) não é aplicada por ausência de culpabilidade.
 - (D) pode ser aumentada de um a dois terços.
 - (E) pode ser reduzida de um a dois terços.
57. Servidor público foi condenado por crime. Exclusivamente de acordo com as regras estabelecidas nos art. 92 do CP, indaga-se: perderá o cargo como efeito penal da sentença condenatória?
- (A) Não, devendo a perda do cargo ser exclusivamente decretada em ação civil, não sendo de competência do Juiz Criminal tal decisão.
 - (B) Sim, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, e desde que tal efeito seja motivadamente declarado na sentença.
 - (C) Sim, quando se tratar de crime contra a Administração Pública.
 - (D) Sim, quando aplicada qualquer pena privativa de liberdade e desde que tal efeito seja motivadamente declarado na sentença.
 - (E) Não, devendo a perda do cargo ser exclusivamente decretada em procedimento administrativo, não sendo de competência do Juiz Criminal tal decisão.

58. Quem se opõe à execução de ato legal, mediante ameaça a pessoa que está prestando auxílio a funcionário competente para executá-lo, comete crime de
- (A) exercício arbitrário das próprias razões.
 - (B) usurpação de função pública.
 - (C) desobediência.
 - (D) resistência.
 - (E) desacato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

59. Nos termos do quanto determina o § 4 do art. 5.º do CPP, o inquérito que apura crime de ação pública condicionada
- (A) deve ser instaurado no prazo de 6 (seis) meses contados da data do fato.
 - (B) depende, para instauração, da indicação de testemunhas idôneas do fato a ser apurado.
 - (C) deve ser instaurado de ofício pela autoridade policial.
 - (D) deve ser instaurado após minucioso relatório da autoridade.
 - (E) depende, para instauração, da respectiva representação.
60. Os ilícitos penais são potenciais geradores de danos civis. No entanto, impede a propositura de ação civil a decisão que
- (A) absolver o acusado, entendendo que o fato não constitui crime.
 - (B) determinar o arquivamento do inquérito policial.
 - (C) absolver o acusado, entendendo que o fato não existiu.
 - (D) julgar extinta a punibilidade do autor da infração.
 - (E) determinar o arquivamento das peças de informação.
61. Determina o *caput* do art. 70 do CPP que nos crimes consumados, como regra, a competência para julgamento será determinada pelo lugar em que se consumar a infração. No caso de tentativa,
- (A) pelo domicílio do acusado.
 - (B) pelo domicílio do ofendido.
 - (C) pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
 - (D) pela prevenção.
 - (E) pelo lugar onde deveria ter se consumado a infração.

- 62.** Assinale a alternativa correta no que concerne à suspeição do juiz.
- (A) É apurada em procedimento que não admite a produção de prova oral.
 - (B) O procurador que a arguir deve ter poderes especiais para tanto.
 - (C) Pode ser arguida oralmente ou por escrito.
 - (D) Não pode ser espontaneamente afirmada pelo próprio magistrado.
 - (E) É apurada em procedimento que não admite a produção de prova documental.
- 63.** Quando o interrogando não falar a língua nacional, o interrogatório será
- (A) feito por meio de intérprete.
 - (B) feito por escrito, mediante o auxílio de tradutor público juramentado.
 - (C) fundamentadamente dispensado, caso haja concordância do defensor.
 - (D) fundamentadamente dispensado, caso haja concordância da acusação e do defensor.
 - (E) fundamentadamente dispensado.
- 64.** Determina o art. 682 do CPP que o sentenciado a que sobrevier doença mental, verificada por perícia médica,
- (A) será mantido no estabelecimento prisional, sob acompanhamento mensal de psiquiatra judiciário.
 - (B) será internado em manicômio judiciário.
 - (C) terá sua pena reduzida de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços).
 - (D) terá sua punibilidade declarada extinta e a pena substituída por medida de segurança, sem prazo definido.
 - (E) cumprirá prisão domiciliar, mediante acompanhamento ambulatorial.
- 65.** Lei n.º 8.072/90: na ação penal por crime hediondo a que o acusado responde preso, em caso de sentença de primeiro grau
- (A) absolutória, o recurso da acusação impede que se lhe coloque imediatamente em liberdade.
 - (B) condenatória, a lei veda que ele aguarde o julgamento de eventual apelação em liberdade.
 - (C) condenatória, ele deve ser imediatamente recolhido à prisão, iniciando o cumprimento de pena em regime fechado.
 - (D) absolutória, deve-se aguardar o trânsito em julgado para que se lhe coloque em liberdade.
 - (E) condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se ele poderá apelar em liberdade.
- 66.** Assinale a alternativa correta, no que concerne à tutela.
- (A) Seu deferimento pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas não implica necessariamente o dever de guarda.
 - (B) Será deferida, nos termos da lei civil, à pessoa de até 21 (vinte e um) anos incompletos.
 - (C) Seu deferimento não pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar.
 - (D) Sua destituição será decretada judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil.
 - (E) Será deferida, nos termos da lei civil, à pessoa de até 18 (dezoito) anos completos.
- 67.** Em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, são princípios que regem a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente:
- (A) na aplicação das medidas de segurança levar-se-ão em conta as necessidades materiais, preferindo-se aqueles que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - (B) intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada antes da situação de ameaça de perigo ser conhecida.
 - (C) responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada mesmo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.
 - (D) interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e depois do adolescente.
 - (E) privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.
- 68.** No tocante aos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, assinale a alternativa correta.
- (A) Em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 15 (quinze) dias.
 - (B) Os recursos terão preferência de julgamento, mas não dispensarão revisor.
 - (C) A sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar fica sujeita a apelação, que deverá ser recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (D) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
 - (E) A sentença que deferir a adoção produz efeito somente após o trânsito em julgado.

69. É infração administrativa prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- (A) exibir, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito, ainda que não permita a sua identificação, direta ou indiretamente.
- (B) divulgar, total ou parcialmente, ainda que com autorização devida, por meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo à criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.
- (C) hospedar criança ou adolescente em hotel, pensão, motel ou congêneres.
- (D) deixar de apresentar à autoridade judiciária de seu domicílio, no prazo de cinco dias, com o fim de regularizar a guarda, adolescente trazido de outra comarca para a prestação de serviço doméstico, mesmo que autorizado pelos pais ou responsável.
- (E) deixar o médico, enfermeiro ou dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de efetuar imediato encaminhamento à autoridade policial de caso de que tenha conhecimento de mãe ou gestante interessada em entregar seu filho para adoção.

70. João da Silva tem 13 anos de idade, mora em Altamira e pretende viajar para Santarém para visitar sua avó. Assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá viajar desacompanhado dos pais ou responsável, bastando portar documento de identidade original ou certidão de nascimento.
- (B) Somente poderá viajar se tiver expressa autorização de ambos os pais ou responsável.
- (C) Somente poderá viajar se estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.
- (D) Somente poderá viajar desacompanhado dos pais ou responsável se tiver expressa autorização judicial.
- (E) Somente poderá viajar se estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.

REDAÇÃO

Leia os textos 1, 2 e 3 para elaborar sua redação.

TEXTO 1

Atualmente, cerca de 76,9% da energia elétrica produzida no Brasil vem de usinas hidrelétricas. De acordo com dados do Governo Federal, hoje existem 37 hidrelétricas no país e o plano é expandir o número. Apesar de produzirem muito menos poluentes que outras fontes de energia e não produzirem dejetos tóxicos ou radioativos, como as usinas nucleares, as hidrelétricas são responsáveis pelo alagamento de grandes áreas, podendo causar impactos socioambientais.

(<http://redeglobo.globo.com>, 03.08.2013. Adaptado)

TEXTO 2

A hidreletricidade usa a energia da água corrente, sem reduzir sua quantidade, para produzir eletricidade. Portanto, todos os empreendimentos hidrelétricos, de pequeno ou grande porte, a fio d'água ou de armazenamento, enquadram-se no conceito de fonte de energia renovável. As usinas hidrelétricas não produzem poluentes do ar. Muito frequentemente, elas substituem a geração a partir de combustíveis fósseis, reduzindo, assim, a chuva ácida e a fumaça. As instalações hidrelétricas trazem eletricidade, estradas, indústria e comércio para as comunidades de seu entorno, desenvolvendo a economia, ampliando o acesso à saúde e à educação, melhorando a qualidade de vida.

(www.itaipu.gov.br, 14.06.2014. Adaptado)

TEXTO 3

A construção de hidrelétricas e, conseqüentemente, suas barragens e lagos causam diversos impactos sociais e ambientais negativos. As populações são atingidas direta e concretamente através do alagamento de suas propriedades, casas, áreas produtivas e até cidades. Existem também os impactos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundação de locais sagrados para comunidades indígenas e tradicionais.

Na área ambiental, o principal impacto costuma ser o alagamento de importantes áreas florestais e o desaparecimento do habitat dos animais. Muitas vezes a hidrelétrica é construída em áreas onde se concentram os últimos remanescentes florestais da região, desmatando e inundando espécies ameaçadas de extinção. Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio tem características únicas, espécies da fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Cada rio tem também diferentes populações morando em seu entorno, com realidades econômicas e sociais variadas.

(www.maternatura.org.br, 14.06.2014. Adaptado)

A partir da reflexão suscitada pelos textos, escreva uma dissertação argumentativa, usando a norma-padrão da língua portuguesa, expressando seu ponto de vista sobre o seguinte tema:

**A CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS:
COMO SOLUCIONAR ESSE PROBLEMA?**

REDAÇÃO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

